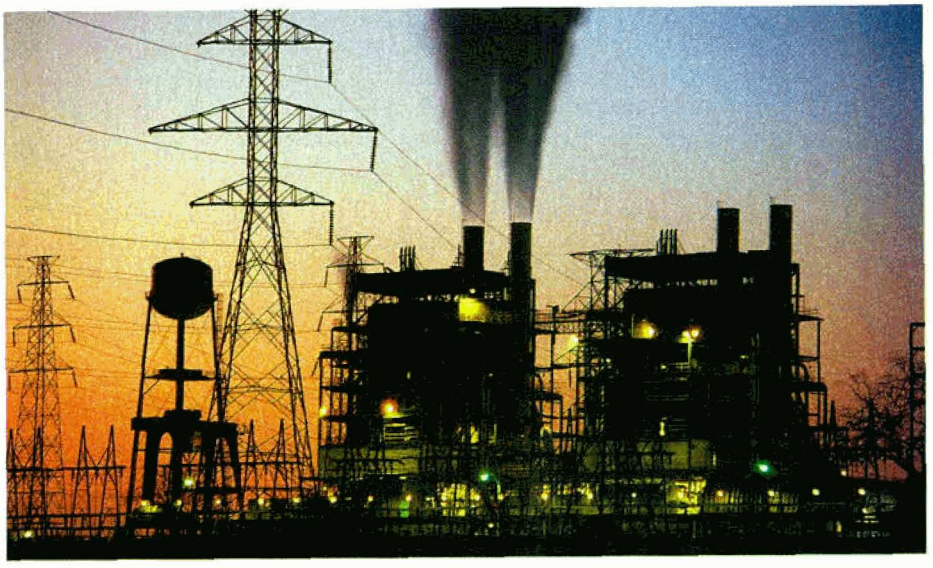
# Quem paga a conta

## O motivo do aumento interno dos combustíveis não é político: é econômico, e chama-se conta-petróleo

ARGEMIRO LUÍS BRUM

Causa estranheza que grande parte da população brasileira demonstre surpresa diante dos novos aumentos de preço dos combustíveis no Brasil. Causa ainda mais estranheza que parte da mídia alimente essa surpresa, indagando o porquê de tais aumentos. Faltam informações a alguns. E talvez a outros sobrem intenções políticas na condução das informações. Mas não foram questões políticas, e sim fatos econômicos que fizeram os preços subir.



### Dependência da matéria-prima

Em primeiro lugar, é claro que um reajuste dos combustíveis é sempre desagradável e assusta os consumidores em geral, sobretudo quando chega a 15% para a gasolina e o óleo diesel e 18% para o gás, enquanto a inflação, medida pelo IPCA (índice adotado pelo governo) chega a 6,51% no ano.

Acontece que somos dependentes da matéria-prima importada, o petróleo. Esse produto, que custava em janeiro de 1999 cerca de US$10,00/barril, teve seu preço aumentado acima de US$32,00/barril em meados deste ano 2000. Um aumento relativamente muito parecido com o ocorrido no segundo choque do petróleo, em 1979, e que acabou nos anais da recente história econômica mundial.

Nosso país, que chegou em março a uma produção de 1,25 milhão de barris por dia, espera chegar a 1,5 milhão de barris diários no fim do ano – o que significa uma dependência de 40% de petróleo importado para suprir suas necessidades diárias. Essa matéria-prima passou a ser importada a preços em torno de US$30,00/barril desde março passado.

### Faltam recursos

Em segundo lugar, nossa produção petrolífera, apesar de todos os esforços, necessita de muitos investimentos e tecnologia. O desafio de tornar o Brasil auto-suficiente em petróleo esbarra na impossibilidade nacional de se conseguirem esses recursos.

Como não há como fugir dessa realidade, parte-se para a privatização e para a exploração privada em zonas de risco. A questão é construir um processo inteligente de privatização em torno da Petrobras e de nossas possíveis reservas petrolíferas.

Além disso, o crescimento econômico do Brasil, agora projetado para 4%, requer mais energia disponível. Sem energia não se pode crescer economicamente e sem crescimento não se podem gerar empregos e muito menos estruturar uma nova política de distribuição de renda, segundo a premissa socioeconômica de que crescimento econômico não é sinônimo de desenvolvimento.

As projeções mais otimistas indicam que o país espera chegar à auto-suficiência em energia petrolífera (ou equivalente) por volta do ano 2005. Isso limita o crescimento nacional a 3% a 4% ao ano até essa data.

As privatizações têm que gerar resultados melhores do que os obtidos até aqui com a atividade estatal, e a utilização do gás como fonte de energia, graças aos projetos com a Bolívia e a Argentina em torno dos gasodutos recentemente inaugurados, deve se tornar acessível às nossas empresas.

Ainda assim, algumas projeções dão conta de que o Brasil chegaria ao ano 2005 com uma produção diária ao redor de 1,8 milhão de barris para um consumo em torno de 2,2 milhões – um déficit ainda de 22%.

## Calcanhar-de-aquiles

Mesmo que o preço do petróleo recue no mercado mundial, no curto prazo não há indícios de níveis em torno de US$20,00/barril – meta que o Brasil teria se colocado para equacionar suas contas energéticas, em especial a chamada conta-petróleo.

O ano 2000 tende a ser um ano difícil. Mesmo que as exportações brasileiras de derivados de petróleo – em especial a gasolina – ajudem a pagar parte dos custos com a importação da matéria-prima, o volume obtido não será suficiente para fechar a conta.

A conta-petróleo é o calcanhar-de-aquiles da economia interna nacional nessa rubrica. É um mecanismo de subsídio que o governo criou para não onerar em demasia os custos internos, gerando inflação.

A conta funciona como uma relação entre a Petrobras (única importadora autorizada) e o Tesouro Nacional, sendo usada para subsidiar a diferença entre o preço interno e o preço externo do petróleo. Quando gera superávit, o Tesouro encaixa o montante. Se gerar déficit, o Tesouro paga à Petrobras.

Até 1998 a Petrobras teve prejuízo com as importações de petróleo, porque o governo evitava repassar os custos dessa importação aos preços internos. Assim os combustíveis se mantiveram artificialmente mais baratos para os brasileiros.

Como toda ação que tem como fato gerador um subsídio, essa acabou ocasionando uma dívida do Tesouro, no caso com a Petrobras, da ordem de R$5,8 bilhões.

## Meta frustrada

Na prática, pressionado pelos ajustes estruturais que deve fazer na economia interna – e mais especificamente no aparelho estatal – somados aos efeitos da desvalorização cambial que encareceu os produtos de importação, o governo decidiu elevar os preços internos dos combustíveis além do custo de importação, visando zerar a conta-petróleo.

O forte aumento dos preços internacionais do produto atrapalhou a operação, obrigando o governo a aumentar os preços dos combustíveis acima do previsto em julho. Mesmo assim não conseguirá alcançar a meta de R$3,5 bilhões a que tinha se proposto neste ano para cobrir a conta-petróleo. Para chegar a tanto, o aumento dos combustíveis deveria ter sido de 20%.

Ficam algumas lições. Primeiro, que a conta de uma política de subsídios acaba sempre chegando e, mais dia menos dia, teremos que pagá-la.

Segundo, se não houver redução dos preços internacionais do petróleo no resto do ano, um novo aumento dos combustíveis deverá ocorrer nos próximos meses.

Terceiro, esses aumentos são possíveis, neste ano, porque a inflação está sob controle e, dentro da política desindexada que o país vem adotando, não deverão ferir a meta preestabelecida de uma inflação entre 4% e 8% para 2000.

*Argemiro Luís Brum é professor do DECon/Unijuí, doutor pela EHESS de Paris-França, analista e pesquisador da Central Internacional de Análises Econômicas e de Estudos de Mercado Agropecuário (Ceema).*

# CAFÉ

# Floradas desiguais

Esta pode ser a segunda menor safra de café da década, conseqüência de uma drástica redução da produção

**ARMANDO MATIELLI**
**ANDRÉ L. MATIELLI**

Esta é a época das floradas de café, uma das fases mais bonitas de seu desenvolvimento e extremamente dependente do clima. Uma florada uniforme e abundante requer condições climáticas ideais, basicamente com relação à umidade no solo.

## Prejuízo à vista

A produção de café tem encontrado condições bem inadequadas, que afetam o *vingamento* da florada e o início de desenvolvimento dos frutos. A conseqüência pode ser uma drástica redução da produção das lavouras.

Passou setembro, principal mês de florada de café. Outubro inaugurou o tempo de vegetação para as principais regiões produtoras de café.

De maio a dezembro de 1999 tivemos oito meses de déficit hídrico, que chegou em algumas regiões a 380mm. Houve recuperação de janeiro a março de 2000, mas voltou a ocorrer déficit durante os meses de abril a agosto. Foram quase 13 meses *de sede* para as lavouras.

Ao prejuízo previsto para a próxima safra, acrescentem-se as queimadas,